



[Handwritten signatures]

Associação Portuguesa de Pais e Amigos
do Cidadão Deficiente Mental de Matosinhos
Relatório de Gestão e Contas 2019

Missão da Organização	Promover a qualidade de vida e inclusão social do cidadão com deficiência mental e/ou em situação de risco, bem como suas famílias.
Visão	Ser uma organização de referência no concelho na resposta ao cidadão com deficiência mental e/ou em situação de risco, bem como suas famílias.
Valores	Integridade, Rigor, Confidencialidade, Privacidade, Criatividade, Flexibilidade.



ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A "APPACDM DE MATOSINHOS-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE MATOSINHOS" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social" com estatutos alterados e em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º119/83, de 25 de fevereiro e no Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º139/2007, de 29 de janeiro.

O registo efetuado pela Direção-Geral da Segurança Social foi lavrado pelo averbamento n.º2, à inscrição n.161/01, a fls.29 e 29 Verso do Livro n.º9 das Associações de Solidariedade Social e considera-se efetuado em 23/11/2015.

Em conformidade com os Estatutos e nos termos das disposições legais aplicáveis, submetemos à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da APPACDM de Matosinhos.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades que se apresenta descreve as atividades planeadas e desenvolvidas pela Instituição durante o ano de 2019, dando ao mesmo tempo o necessário destaque à interação entre todas as partes interessadas e que são parte ativa no dia-a-dia da instituição. Assim, para além das atividades desenvolvidas para e com os clientes através das respostas sociais que presta, é importante para a APPACDM de Matosinhos o estabelecimento de sólidas relações institucionais com parceiros e entidades que assegurem uma maior diversidade nas práticas e facilitem a sustentabilidade organizacional.

Em 2019 como já vem sendo prática habitual, a Direção da APPACDM de Matosinhos manteve um dos focos da sua gestão, na racionalização e otimização dos recursos existentes, não descurando as necessidades dos clientes e suas famílias, mesmo quando o rigor orçamental foi uma exigência fundamental.

Assim, as atividades desenvolvidas e realizadas em 2019, tiveram como base o Plano Anual de Atividades apresentado pela Direção da APPACDM de Matosinhos e aprovado em Assembleia Geral.

Todas as atividades desenvolvidas foram elaboradas de forma alinhada com a Missão, Visão e Valores da APPACDM de Matosinhos, cumprindo ainda os objetivos estratégicos definidos, mais concretamente:

- Criar e dar continuidade a projetos inovadores através de práticas de excelência e que reforcem a posição de liderança e vanguarda da APPACDM de Matosinhos, garantindo também uma maior representatividade na área em que se insere;

- Garantir a sustentabilidade da Instituição, através de um modelo de gestão baseado na otimização dos recursos existentes e boas práticas na aplicação dos meios económicos envolvidos;

- Fomentar a formação dos profissionais, dotando-os de novas e melhores competências para a prestação de cuidados e serviços de elevado grau de eficiência, melhorando simultaneamente as suas capacidades pessoais;



- Reforçar e apostar em novas parcerias, estreitando relações com organizações e órgãos autárquicos, com vista à consolidação das parcerias existentes e do estabelecimento de novas parcerias com benefícios para todas as partes interessadas;

- Promover a participação das famílias e outras partes interessadas, assegurando o envolvimento das partes em todos os momentos da Instituição, assegurando a prestação de serviços cada vez mais ajustados às necessidades.



1. RESPOSTAS SOCIAIS E SERVIÇOS

A APPACDM de Matosinhos orienta a sua atuação de acordo com a sua Missão - Promover a qualidade de vida e inclusão social do cidadão com deficiência mental e/ou em situação de risco, bem como, suas famílias. Neste sentido, as Respostas Sociais e os serviços disponibilizados procuram ir ao encontro da comunidade, com o objetivo de aprofundar o sentido de inclusão em sociedade.

1.1. DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE RESPOSTAS SOCIAIS – 2019

Estabelecimento	Resposta Social	Nº Respostas
Centro Dr. Leonardo Coimbra	CAO Centro Dr. Leonardo Coimbra	147
	e CAO da Sra. da Hora	
	Pousada	16
	UATL	72
Laranjeiras	CAO das Laranjeiras	20
	Lar das Laranjeiras	12
Senhora da Hora	Lar da Senhora da Hora	18
Circunvalação	Lar da Circunvalação	8
Centro Saúde da Sra. da Hora (sede)	ELI de Matosinhos	53 (95)
	Total	346

1.1.1. Equipa Local de Intervenção (ELI) de Matosinhos

A ELI de Matosinhos está integrada no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), que apoia crianças entre os 0 e os 6 anos, em situação de risco estabelecido, biológico ou ambiental, bem como às respetivas famílias, cujo contexto educativo está integrado no concelho de Matosinhos.

A ELI tem a missão de garantir a intervenção precoce na infância, promover a qualidade de vida e inclusão social, através de um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família nos seus contextos de vida.



[Handwritten signatures and initials]

A equipa técnica da APPACDM de Matosinhos integra a equipa da ELI de Matosinhos e é composta por uma psicóloga, uma assistente social afetas a 100% e uma terapeuta da fala e uma terapeuta ocupacional afetas a 50%. A equipa articula com os técnicos de saúde e da educação, sendo a sede da ELI no Centro de Saúde da Sra. da Hora.

Em Matosinhos, os casos de crianças com alterações ao nível do desenvolvimento tem vindo a aumentar e por consequência o número de pedidos de apoio à ELI também. Em 2019 foram referenciadas 95 crianças, sendo que o protocolo de cooperação entre a APPACDM e o Instituto da Segurança Social, I.P. abrange apenas 53 crianças. Aguarda-se, ainda, e ao abrigo do PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais) revisão do acordo de cooperação para alargamento desta resposta.

1.1.2. CAO – CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

O Centro de Atividades Ocupacionais "...visa a valorização pessoal e a inclusão social de pessoas com deficiência mental, permitindo a resposta às suas necessidades e o desenvolvimento das suas capacidades, sem vinculação a exigências de rendimento profissional ou de enquadramento normativo de natureza jurídico-laboral." Os CAO apoiam pessoas com deficiência mental e multideficiência, com idades a partir dos 16, residentes nos Concelhos de Matosinhos, Maia, Valongo, Porto e Gondomar (com exceção dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino regular).

Nos Centros de Atividades Ocupacionais mantivemos o apoio a 201 pessoas com deficiência mental e multideficiência, de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 19 e os 72 anos de idade.

Ao longo do ano os clientes usufruíram das atividades definidas no Plano Geral de Atividades e no Plano Individual (PI), onde se definem as áreas, objetivos e indicadores a trabalhar. A Intervenção é definida para cada cliente em função da avaliação funcional realizada pelos técnicos especializados do CAO. São depois elaborados e executados os planos de sessão e, numa fase posterior, procede-se à revisão e avaliação dos PI's, em equipa multidisciplinar. A monitorização e avaliação dos PI's possibilita o reajuste da intervenção individual.



[Handwritten signatures and initials]

Os Centros de Atividades Ocupacionais proporcionam atividades estritamente ocupacionais e atividades socialmente utentes, aplicando-se estas últimas ao CAO das Laranjeiras e da Sra. Hora, atividades lúdico-terapêuticas, de desenvolvimento pessoal e social, de participação e integração social, na comunidade.

Foi concluída a transferência do CAO da Sra. da Hora para o Centro Dr. Leonardo Coimbra. Deste modo, foi possível proporcionar a estes clientes um conjunto de atividades e condições que até então não se verificavam. Foi sem dúvida um momento de enriquecimento para todos.

1.1.3. LRE – LARES RESIDENCIAIS

Os Lares Residenciais pretendem ser um "...equipamento social para acolhimento de pessoas com deficiência, que se encontrem impedidas, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar". Os Lares Residenciais da Instituição acolhem e apoiam pessoas com deficiência mental, de ambos os géneros, a partir dos 16 anos de idade e sem retaguarda familiar adequada, em regime de internamento, com carácter temporário ou definitivo.

A APPACDM de Matosinhos manteve em funcionamento os seguintes Lares Residenciais:

- **Pousada do Centro Dr. Leonardo Coimbra** que conta com 16 residentes com deficiência mental e multideficiência, de ambos os géneros e com idades compreendidas entre os 29 e os 72 anos de idade.
- **Lar das Laranjeiras** que conta com 12 residentes com deficiência mental e multideficiência, de ambos os géneros e com idades compreendidas entre os 28 e os 72 anos de idade.
- **Lar da Senhora da Hora** que conta com 18 residentes com deficiência mental e multideficiência, de ambos os géneros e com idades compreendidas entre os 26 e os 72 anos de idade.
- **Lar da Circunvalação** que conta com 8 residentes com deficiência mental, de ambos os géneros e com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos de idade.

À semelhança do CAO é elaborado o Plano Individual com base no perfil dos clientes e definida a intervenção, sendo esta orientada para o desenvolvimento pessoal, inclusão social e bem-estar.

Ao longo do ano os nossos residentes usufruíram das atividades definidas no Plano Geral de Atividades e no Plano Individual (PI), tendo sido cumpridos os objetivos a que nos propusemos.



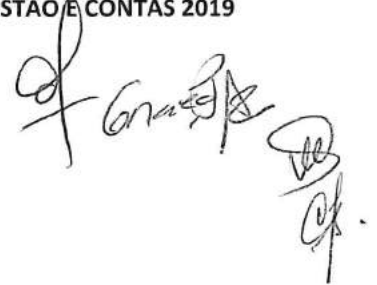
[Handwritten signatures and initials]

1.1.4. UATL – UNIDADE DE ARTES E TEMPOS LIVRES

Atualmente, a APPACDM de Matosinhos disponibiliza uma Unidade de Artes e Tempos Livres (UATL), que procura promover o desenvolvimento das capacidades terapêuticas e desportivas de jovens/adultos. Esta unidade desenvolve atividades desportivas: atletismo, futebol e jogos adaptados, terapia ocupacional e psicomotricidade. É também objetivo participar em competições que fazem parte do quadro competitivo dos vários organismos desportivos.

Nesta unidade respondemos a 72 pessoas com deficiência mental, de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 19 e os 72 anos de idade.

Aguardamos revisão do acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P que assenta, numa continuidade dos serviços prestados atualmente pela UATL, com a necessária adaptação e aumento do leque de serviços disponibilizados a clientes, significativos e comunidade externa à instituição.



2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E METAS ALCANÇADAS

2.1. PARCERIAS

A procura de novas parcerias e a consolidação das parcerias existentes continua a ser uma área em que a APPACDM de Matosinhos aposta de forma continuada, com um foco claro na melhoria contínua dos serviços disponibilizados. Assim, para o ano de 2019, a Instituição apostou em manter o envolvimento com os parceiros existentes, bem como, encetar esforços para a procura ativa de novas parcerias Institucionais.

Ao longo deste ano estabeleceram-se novas parcerias e mantiveram-se as já existentes. O apoio a famílias carenciadas e a resposta a novas situações foi também o foco da intervenção que se concretiza com a parceria já estabelecida com o Banco Alimentar Contra a Fome. As ligações institucionais com congéneres também se efetivou.

Os estágios académicos de Escolas profissionais e Universidades assumem-se uma mais-valia, este ano concretizou-se mais uma parceria com a Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro.

A Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual (ANNDI), parceria de excelência, desenvolve e organiza a prática de atividades desportivas de competição, para atletas nacionais portadores de deficiência mental/incapacidade intelectual. No âmbito desta parceria participamos em inúmeras atividades desportivas.

O Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), enquanto entidade parceira continuou a apoiar a realização de momentos fundamentais como as Colónias de Férias, O Intercâmbio Sociocultural e o Juntos Pel'Arte, para além da divulgação de atividades, formação ou eventos relevantes para clientes e colaboradores da instituição.

A parceria e a relação de proximidade com a Câmara Municipal de Matosinhos, Matosinhos *Sport* e Matosinhos *Habit* continuam a ser um pilar basilar, no que se refere, à implementação das nossas atividades. A participação ativa na Rede Social de Matosinhos, com representação na Comissão Social de Freguesia da União de Freguesias de S. Mamede e Senhora da Hora, onde se destaca o trabalho conjunto desenvolvido na Rede social.

A UDIPSS-Porto, União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto promoveu ações no âmbito dos Acordos de Cooperação com Instituto da Segurança Social, I.P., nomeadamente, o Direito Laboral para a Direção Técnica.



A parceria com as Câmaras Municipais da Maia e Valongo assume-se crucial, no que se refere ao apoio no transporte dos nossos clientes.

Destaca-se a parceria com Mar Shopping e com IKEA de Matosinhos, tendo esta última permitido a integração em contexto real de trabalho, de quatro dos nossos clientes.

A APPACDM de Matosinhos continua a dispor de apoios na aquisição de bens e serviços, como por exemplo, o Continente Modelo da Asprela.

2.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como Instituição Particular de Solidariedade Social, a APPACDM de Matosinhos tem uma importância acrescida enquanto agente mobilizador da participação na sociedade e na comunidade, criando constantemente sinergias. A APPACDM de Matosinhos esteve focada em somar forças e interações de forma a ganhar vantagem competitiva frente aos seus concorrentes.

A APPACDM de Matosinhos, no dia 6 de novembro do presente ano, no Centro Cultural de Belém, recebeu, mais um Prémio BPI Capacitar, agora também, "La Caixa", no âmbito da candidatura CUIDA+, no valor de 40.000.00 que se destinam a equipamentos da residência para 12 pessoas com deficiência mental em situação de grande dependência, na Senhora da Hora. O mesmo contará com o apoio da Câmara Municipal de Matosinhos.

O ano de 2019, iniciou com o 26ª Grande Prémio dos Reis, prova competitiva que visa promover a excelência desportiva de vários atletas com multideficiência em cadeiras de rodas, problemas motores associados, Síndrome de *Down*, autismo e deficiência mental do distrito do Porto. Esta edição assumiu um novo formato, pois contou com a participação do desporto escolar. Na prova marcaram presença 300 atletas e cerca de 120 participantes.

Em fevereiro participamos no 25º Corso de Carnaval da cidade de São Mamede de Infesta, organizado pela Junta de Freguesia de S. Mamede de Infesta, este ano com o tema das profissões. O frenesim habitual marcou a elaboração das fatiotas a e a montagem do carro alegórico. Lá seguiram no desfile vestidos a preceito.

Destacamos o convite da *Schindler* que em colaboração com a Fundação Adecco, organizou um dia inclusivo, não só para comemorar o feito de cinco anos sem acidentes, como também para reafirmar o compromisso da empresa com a diversidades e inclusão laboral de pessoas



[Handwritten signatures and initials]

com deficiência. O evento realizou-se, no dia 30 de março, no Estádio do Dragão, no Porto e contou com a presença dos colaboradores da Direção Regional Norte da *Schindler*, uma das empresas líderes mundiais na mobilidade vertical, para um dia de lazer na companhia das suas famílias. O evento, que reuniu colaboradores da empresa, contou ainda com a presença de 27 utentes e 4 profissionais da APPACDM de Matosinhos que ao longo do dia participaram em diferentes atividades que a *Schindler*, em colaboração com a Fundação Adecco, organizou.

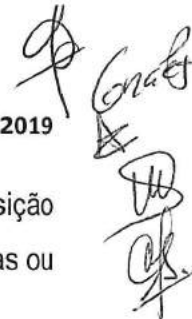
A aposta nas Artes, dentro e fora de portas, assinalou-se com o **2º Encontro de Artistas do Mundo**, pretendendo também, e cada vez mais envolver a comunidade, atraindo-a dessa forma e galvanizando-a para o ativismo social, a partir de um maior e melhor entendimento das diferentes realidades sociais e humanas. A partir desta premissa, em julho realizou-se o encontro de Artistas do Mundo, com a apresentação das performances internacionais: Gravitá (Brasil), Circodelírio (Uruguai) e Teatro (Portugal), no Centro Dr. Leonardo Coimbra que contou com a presença de utentes, profissionais, elementos da comunidade e instituições congéneres.

Em maio realizamos mais um **8º Torneio de Natação** realizado na Piscina Municipal de São Mamede de Infesta, onde participaram instituições congéneres.

De 15 a 26 de julho realizou-se a **Colónia de Férias**, na Quinta da Fonte Quente. Durante este período os utentes beneficiaram de um conjunto de atividades lúdicas e recreativas.

O **21º Juntos pel'Arte** decorreu de 26 de novembro a 03 de dezembro, na Biblioteca Municipal Florbela Espanca, em Matosinhos. Este evento compreende uma mostra de trabalhos e conta com a participação de diversas escolas e instituições do concelho, cuja essência é a da arte unificadora, criada e produzida por todos e para todos. A par com a mostra a programação inclui a realização de ateliês, workshops e espetáculos.

É com orgulho que se repete a exposição, tendo no presente ano contado com 417 peças expostas (pinturas, esculturas, cerâmicas, manualidades, maquetes), da autoria de alunos de escolas do ensino secundário, ensino básico 1º, 2º e 3º CEB; utentes das instituições de apoio à deficiência e artistas convidados, refletindo a participação de 23 instituições do concelho e Instituições de Apoio à Pessoa com Deficiência: APPACDM de Matosinhos, AAJUDE, ALADI, Rumo à Vida e Criança Diferente.



"Porém, o mais importante não é saber quem é o autor de cada um dos trabalhos. Nesta exposição a assinatura não se sobrepõe ao colectivo. É uma exibição sem lugar para egos, prima-donas ou figuras de proa e que tem como cabeça de cartaz apenas uma ideia: a inclusão."

André Vieira, Público

O projeto teve um forte impacto no meio, tendo um total de 1180 pessoas a participar em Workshops, Espetáculos, Ateliers e visitas à exposição. Foram várias as notícias que saíram na comunicação Social Online, tendo também existido um forte acompanhamento da iniciativa através da rede social Facebook.

Foi um evento marcado pela elevada afluência de público. Este ano decorreram atividades durante o fim-de-semana, o que elevou a sua importância e interesse, no panorama cultural e artístico nacional.

E quase a finalizar o ano, no Parque Biológico de Montesinho, em Vinhais-Bragança, um grupo de clientes participou num conjunto de atividades inclusivas, sociais e culturais.

A APPACDM de Matosinhos ao longo do presente ano, organizou e participou em inúmeros eventos sociais, educativos, culturais e artísticos. Esteve empenhada em proporcionar aos seus residentes, experiências em tudo similares às suas vivências familiares, permitindo aos residentes participarem nas atividades de Natal e Passagem de Ano, nas atividades de Páscoa e celebração de aniversários.

2.3. ÉTICA

A dinâmica Institucional rege-se por princípios éticos, privilegiando o respeito para com o cliente e os seus significativos. Neste âmbito, a consciencialização ética é uma componente presente nas reuniões de equipa, focalizada na proteção de dados sensíveis dos clientes, famílias e colaboradores.

Durante o ano de 2019, não foram verificadas ocorrências ou reclamações ao nível do domínio ético. Estes resultados espelham as boas práticas vivenciadas na APPACDM e que são consideradas na atuação das equipas que diariamente asseguram o cumprimento das normas éticas na instituição.

[Handwritten signature]

2.4. PARTICIPAÇÃO

A participação de todos os intervenientes na Instituição mantém-se como um princípio fundamental do bom funcionamento Institucional. Assim, a APPACDM de Matosinhos continua a incentivar e a envolver os clientes, significativos e colaboradores, de forma a responder às necessidades de todas as partes.

Destacamos as Reuniões Gerais de Clientes que continuam a assumir um papel determinante na vida dos clientes, pois é neste momento que se exercita a auto-representação e auto-determinação. As reuniões realizam-se trimestralmente e possibilitam a partilha, discussão e debate das necessidades identificadas pelos clientes ao longo das suas vivências diárias.

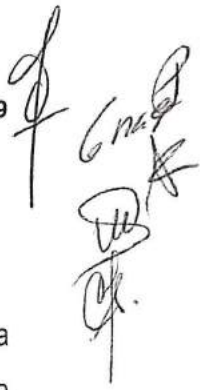
A participação dos significativos na dinâmica institucional, é um desafio constante e necessário para ir de encontro às necessidades e expetativas dos clientes e famílias.

2.5. QUALIDADE

Ao longo do ano mantivemos os processos chave, de acordo com o Manual de Boas Práticas da Segurança Social seguindo as orientações e critérios exigidos pela Segurança Social. Continuaremos a apostar na melhoria contínua e na sustentabilidade dos nossos serviços. A permanente evolução da área social, os contínuos desenvolvimentos e o crescente nível de exigência dos clientes suportam a necessidade de manter o Sistema de Certificação da Qualidade. Ao optar por seguir os processos do nosso financiador, pretendemos economizar recursos humanos e físicos.

O referencial da Segurança Social é também baseado na melhoria contínua, com a garantia da prestação de serviços de qualidade a todos os clientes e potenciais clientes, fazendo com que a qualidade dos serviços seja percecionada como uma vantagem competitiva.

O *website* e a página oficial de *Facebook* são *ferramentas importantes de divulgação do nosso trabalho*. Assim, o *website* institucional – online em – apresentou perto de 1035 acessos mensais. Este *website* permite conhecer de perto a instituição, bem como acompanhar todas as atividades desenvolvidas. Também a página de *Facebook* – www.facebook.com/appacdmmatosinhosoficial - permite visualizar de forma frequente todas as atividades, com reportagens fotográficas e vídeos de 2019.



2.6. RECURSOS HUMANOS

Ao nível dos recursos humanos preocupamo-nos com os colaboradores, a produtividade e a aprendizagem de novas competências. Durante o ano de 2019 foram admitidos sete colaboradores, sendo eles: 2 motoristas, 1 Psicomotricista, 1 Terapeuta Ocupacional e 2 Trabalhadoras Auxiliares, de forma a responder às necessidades Institucionais.

2.7. QUALIDADE DE VIDA

A Qualidade de Vida é um dos fatores primordiais da nossa intervenção. O modelo da qualidade de vida assenta na análise de necessidades, expectativas e satisfação de cada pessoa. As metas alcançadas nos Centros de Atividades Ocupacionais e nos Lares Residenciais são ajustadas, o que representa um bom nível do cumprimento dos objetivos definidos.

Os diferentes espaços da instituição têm sido alvo de obras de requalificação/manutenção, de forma a melhorar e aprimorar os acessos/espacos dos nossos clientes.

Identificamos de forma resumida, as atividades realizadas internamente, como momentos de promoção e valorização das relações interpessoais e por inerência a qualidade de vida.

Em fevereiro, celebrou-se o Dia dos Namorados, em março o Dia da Árvore, em abril o põe-te a mexer, em maio o Torneio de Corfebol e Andebol, no São João, já em junho as famosas marchas São Joaninas, com caldo verde, sardinhas e fêveras e para terminar o típico bailarico.

A época balnear realizou-se em julho na praia do Cabo do Mundo, em novembro o Halloween com as doçuras e travessuras.

2.8. CONFIDENCIALIDADE

A APPACDM de Matosinhos estima a confiança que os clientes depositam em si, estando empenhada em proteger os dados pessoais dos Clientes e Utilizadores de produtos e serviços da organização e, bem assim, os dados pessoais dos respetivos titulares em todas as situações em que ocorra um tratamento dados pessoais. Neste sentido, continuamos a ter como princípios e propósito a Política de Privacidade, a qual tem subjacente o seu compromisso em respeitar as regras de proteção de dados pessoais, sob orientação do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 ("RGPD").

2.9. HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A higiene, saúde e segurança no trabalho são fatores de elevada importância, uma vez que são as bases de proteção de clientes, significativos e profissionais. A LTMED, empresa prestadora de serviços externos na área da Segurança e Saúde no Trabalho, ministrou ações de formação e sensibilização para prevenção de eventuais acidentes de trabalho.

S. Mamede de Infesta, 13 de julho de 2020

A Direção

Assinatura
Graça Brito
Ana Amélia Pereira Costa
Virgínia Dulce dos Santos Luis Duarte
João António Feiel

APPACDM DE MATOSINHOS-ASS.PORT.PAIS AMIG.CID.DEF.MENTAL

Anexo 2019

Índice		
1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	4
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Activos Intangíveis	10
7	Locações	10
8	Custos de Empréstimos Obtidos	10
9	Inventários	11
10	Rédito	11
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	12
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	12
14	Imposto sobre o Rendimento	12
15	Benefícios dos empregados	12
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
17	Outras Informações	13
17.1	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13
17.2	Clientes e Utentes.....	13
17.3	Outras contas a receber.....	14
17.4	Diferimentos	14
17.5	Outros Activos Financeiros	14
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	14
17.7	Fundos Patrimoniais	14
17.8	Fornecedores.....	15
17.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	15
17.10	Outras Contas a Pagar.....	16
17.11	Outros Passivos Financeiros.....	16
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração.....	16
17.13	Fornecimentos e serviços externos.....	16
17.14	Outros rendimentos e ganhos	17
17.15	Outros gastos e perdas	17
17.16	Resultados Financeiros	17
17.17	Acontecimentos após data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

A "APPACDM DE MATOSINHOS-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO COM DEFICIENCIA MENTAL" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição particular de solidariedade social" com estatutos publicados no Diário da República n.º155 de 6 de Julho de 2001, Série III, com sede na Rua Dr. Leonardo Coimbra – S. Mamede Infesta. Tem como actividade, para que possa prosseguir, os seguintes objectivos:

- Promover a integração na sociedade do cidadão com deficiência mental, no respeito pelos princípios de normalização, personalização, individualização e bem-estar
- Promover o equilíbrio das famílias dos cidadãos com deficiência mental
- Sensibilizar e corresponsabilizar a sociedade e o estado, nas suas várias formas, no papel que lhe cabe na resolução dos cidadãos com deficiência mental e respectiva família
- Defender e promover os reais interesses e satisfação das necessidades do deficiente mental nas instituições, trabalho, no lar e na sociedade, tendo como princípios básicos, partilhar lugares comuns, fazer escolhas, desenvolver capacidades, ser tratado com respeito e ter um papel socialmente valorizado

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da APPACDM e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por: • Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF); • Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março; • Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março; • NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e • Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes, para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção, inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos, são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Activos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância, devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição, ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

Handwritten signature and initials:
F. Gonçalves
A.
C.F.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem, ou ainda, um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a sua conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções, detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor, determinado por avaliação anual, aferido por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros, acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor valor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores /doadores /associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis, que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira, são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusivamente ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo

impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5 % sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2019
Custo:					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	1 097 030,00				1 097 030,00
Equipamento básico	191 514,75	1 451,14			192 965,89
Equipamento de transporte	625 089,68	4 973,54	111 278,81		518 784,41
Equipamento administrativo	183 829,34	4 690,76			188 520,10
Outros activos fixos tangíveis	49 126,43				49 126,43
Activos fixos tangíveis em curso	0,00	3 127,27			3 127,27
	<u>2 146 590,20</u>	<u>14 242,71</u>	<u>111 278,81</u>	<u>0,00</u>	<u>2 049 554,10</u>
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	335 356,51	26 761,35			362 117,86
Equipamento básico	141 140,55	7 814,08			148 954,63
Equipamento de transporte	477 707,46	38 405,27	111 278,81		404 833,92
Equipamento administrativo	187 703,79	6 692,17		5 875,86	188 520,10
Outros activos fixos tangíveis	57 117,88	21,98		9 358,47	47 781,39
	<u>1 199 026,19</u>	<u>79 694,85</u>	<u>111 278,81</u>	<u>15 234,33</u>	<u>1 152 207,90</u>

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2018
Custo:					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	1 092 436,71	4 593,29			1 097 030,00
Equipamento básico	184 870,41	6 644,34			191 514,75
Equipamento de transporte	551 669,68	73 420,00			625 089,68
Equipamento administrativo	183 829,34				183 829,34
Outros activos fixos tangíveis	49 126,43				49 126,43
	<u>2 061 932,57</u>	<u>84 657,63</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>2 146 590,20</u>
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	309 115,61	26 179,41			335 295,02
Equipamento básico	133 061,40	8 079,15			141 140,55
Equipamento de transporte	440 052,18	37 655,27			477 707,45
Equipamento administrativo	186 182,29	1 521,50			187 703,79
Outros activos fixos tangíveis	57 117,89	61,48			57 179,37
	<u>1 125 529,37</u>	<u>73 496,81</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1 199 026,18</u>

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento", nada há a registar.

6 Activos Intangíveis

A Entidade não usufrui de "Activos Intangíveis".

7 Locações

A Entidade não adquiriu activos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

A APPCDM, não recorreu a nenhum empréstimo Bancário ou outros similares, pelo que não há encargos financeiros a reconhecer.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	2 025,19	132 293,34	16 704,99	980,11	147 230,51	22 830,54	2 263,58
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo							
Produtos acabados e intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Produtos e trabalhos em curso							
Total	2 025,19	132 293,34	16 704,99	980,11	147 230,51	22 830,54	2 263,58

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	150 043,41	168 777,58
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018, foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas e Mensalidades de utilizadores	498 580,14	430 598,97
Outros serviços	23 536,25	28 533,58
Promoção para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Juros	0,00	565,77
Royalties		
Dividendos		
Total	522 116,39	459 698,32

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Nada existe a registar.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo	1 930 893,55	1 890 300,69
Total	1 930 893,55	1 890 300,69

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2019 e 31/12/2018, a Entidade não teve necessidade de recorrer as taxas de Câmbio.

14 Imposto sobre o Rendimento

A "APPACDM DE MATOSINHOS", como IPSS e ao abrigo do código do IRC, está isenta de tributação de rendimentos, nos termos do artigo 9.º, 10.º e 11.º desse código.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2018 e 2019, foram, respetivamente 5 e 5. De 2018 para 2019 não se verificou qualquer alteração nos membros dos órgãos directivos. Os órgãos directivos não usufruem de remuneração. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de " 117 ".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	18 813,95	14 433,77
Remunerações ao pessoal	1 353 823,46	1 274 587,82
Benefícios Pós-Emprego		0,00
Indemnizações		0,00
Encargos sobre as Remunerações	294 154,56	273 652,54
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	20 270,36	16 190,52
Gastos de Acção Social		0,00
Outros Gastos com o Pessoal	682,46	6 130,14
Total	1 687 744,79	1 584 994,79

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social, encontra-se regularizada, e os pagamentos são efetuados dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras informações

De forma a obter uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Activo:		
Fundadores/associados/membros - em curso	6 396,45	4 420,45
Doadores - em curso		
Patrocinadores		
Quotas	5 193,50	5 120,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		
Outras operações		
Perdas por imparidade		
Total	11 589,95	9 540,45
Passivo:		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador		
Resultados disponíveis		
Outras operações		
Total	0,00	0,00

17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Clientes e Utentes", encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes:		
Clientes	20 028,81	21 419,27
Utentes	40 929,37	42 859,00
Total	60 958,18	64 278,27

Nos períodos de 2019 e 2018 não existem "Perdas por Imparidade" de clientes e utentes a registar.

17.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Outros Devedores e Credores	6 385,02	3 104,32
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	6 385,02	3 104,32

F. Costa
III
Ch. P.
rep

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 197,81	774,81
Total	1 197,81	774,81
Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.5 Outros Activos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, outros ativos financeiros.

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	1 477,12	0,00
Depósitos à ordem	1 995 640,91	1 650 834,69
Depósitos a prazo	59 865,63	59 865,63
Outros		
Total	2 056 983,66	1 710 700,32

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	79 483,15			79 483,15
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	1 837 073,18	318 700,22		2 155 773,40
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	52 787,96		14 002,13	38 785,83
Total	1 969 344,29	318 700,22	14 002,13	2 274 042,38

F. Gonçalves
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	132 402,30	92 375,97
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores facturas em recepção e conferência		
Total	132 402,30	92 375,97

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		14 941,28
Outros Impostos e Taxas	1 047,84	0,00
Total	1 047,84	14 941,28
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	66,28	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	12 110,90	10 367,68
Segurança Social	64 134,55	56 175,20
Outros Impostos e Taxas	223,26	0,00
Total	76 534,99	66 542,88

17.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal:				
Remunerações a pagar		1 670,78		1 841,03
Cauções				
Outras operações		1 624,08		10 053,58
Perdas por imparidade acumuladas				
Devedores por acréscimos		16 480,57		8 904,32
Credores por acréscimo de gastos		258 248,36		279 001,28
Total		278 023,79		299 800,21

F. Gonçalves
2019
2018
rel.

17.11 Outros Passivos Financeiros

A Entidade não tem "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2019.

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 930 893,55	1 890 300,69
Subsídios de outras entidades	156 622,64	147 179,64
Doações e heranças	44 777,00	34 885,07
Total	2 132 293,19	2 072 365,40

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	917,29	0,00
Serviços especializados	113 766,43	87 083,02
Materiais	21 640,59	37 293,81
Energia e fluidos	90 648,39	93 940,08
Deslocações, estadas e transportes	9 160,14	6 448,08
Serviços diversos	221 047,45	173 299,44
Encargos com Utentes	24 027,23	21 316,01
Total	481 207,52	419 380,44

17.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	16 875,33	1 547,00
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários	25,09	
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	7 550,00	
Outros rendimentos e ganhos	38 962,34	36 317,62
Total	63 412,76	37 864,62

17.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos		
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	27 701,05	23 312,67
Total	27 701,05	23 312,67

17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1 121,27	0,00
Total	1 121,27	0,00
Juros obtidos		
Juros obtidos	0,00	565,77
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
Total	0,00	565,77

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

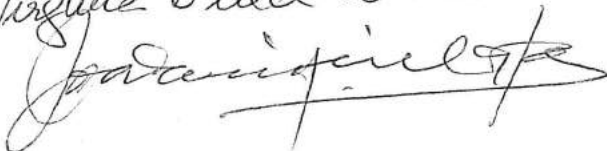
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Matosinhos, 13 de julho de 2020

A/Direcção



Ana Amélia Penrice Costa,
Virgínia Dulce dos Santos Luis Duarte


O Contabilista Certificado

(Nº 45587)





APPACDM DE MATOSINHOS
Associação Portuguesa de Pais e Amigos
Do Cidadão Deficiente Mental

Rua Dr. Leonardo Coimbra * 4465-189 S. M. Infesta
Telef.: 229012467/92 * Fax: 229023277

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS – 2019

APPACDM DE MATOSINHOS - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS AMIGOS DO CIDADÃO COM
DEFICIENCIA MENTAL

1. Enquadramento Institucional

A “APPACDM DE MATOSINHOS-ASS.PORT.PAIS AMIG.CID.DEF.MENTAL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição particular de solidariedade social ” com estatutos publicados no Diário da República n.º155 de 6 de Julho de 2001, Série III, com sede na Rua Dr. Leonardo Coimbra – S. Mamede Infesta.

Em conformidade com os Estatutos e nos termos das disposições legais aplicáveis, submetemos à apreciação de V. Ex.as o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, da APPACDM.

2. Execução Orçamental

O quadro seguinte evidencia o comportamento da execução orçamental, dos gastos realizados e dos rendimentos obtidos, em 2019.

Rubrica	Orçamento	Execução	Variação	
			Valor	%
Custos das Mercadorias Vendida e Materias Primas Consumidas	139 244,07	168 777,58	29 533,51	21,21%
Fornecimentos e Serviços Externos	400 211,62	476 112,52	75 900,90	18,97%
Gastos com o Pessoal	1 663 223,38	1 692 839,79	29 616,41	1,78%
Gastos e Depreciações de Amortizações	85 916,95	79 694,85	-6 222,10	-7,24%
Outros Gastos e Perdas	12 258,50	28 822,32	16 563,82	135,12%
Gastos e Perdas de Financiamento	320,00	0,00	-320,00	-100,00%
Total	2 301 174,52	2 446 247,06	145 072,54	6,30%
Prestação de Serviços	412 611,01	522 116,39	109 505,38	26,54%
Subsidios à Exploração	2 020 934,15	2 132 293,19	111 359,04	5,51%
Outros rendimentos e Ganhos	4 390,67	63 412,76	59 022,09	1344,26%
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	600,00	0,00	-600,00	-100,00%
Total	2 438 535,83	2 717 822,34	279 286,51	11,45%



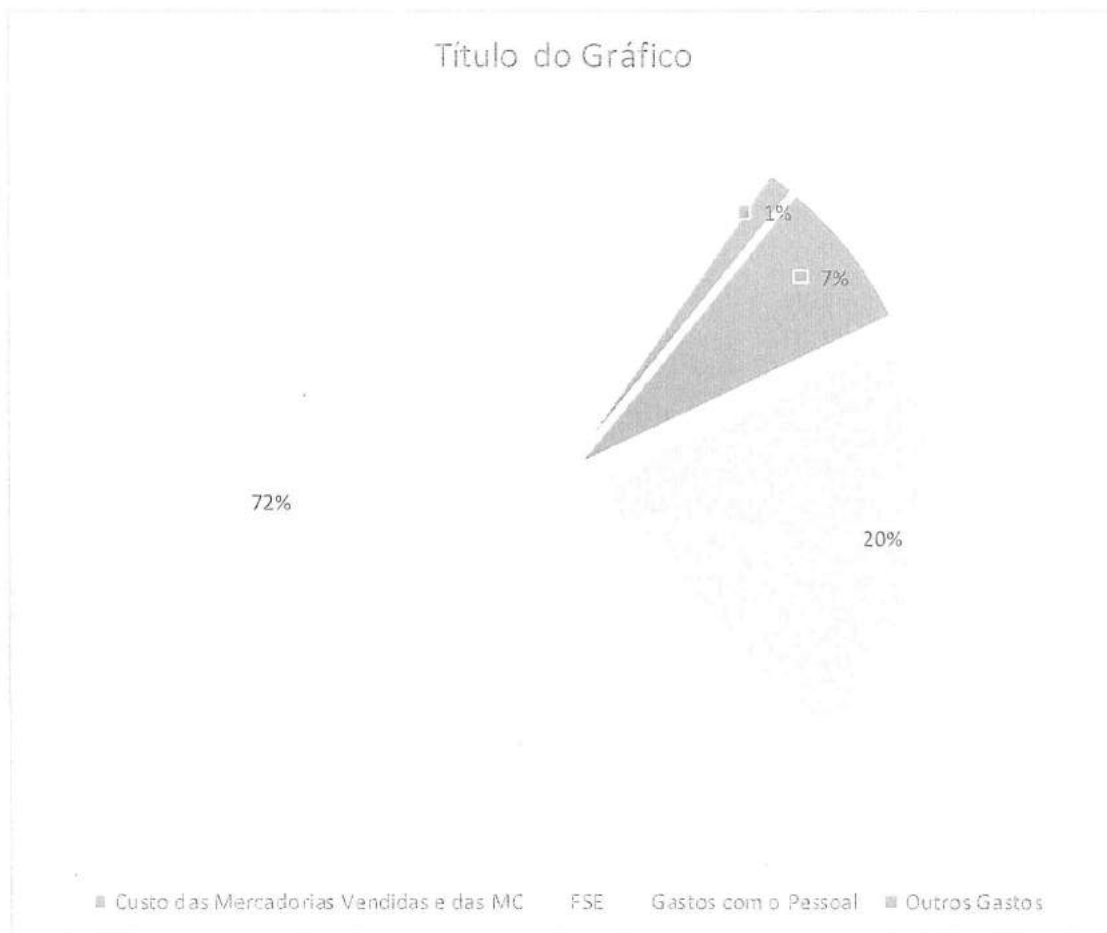
APPACDM DE MATOSINHOS
Associação Portuguesa de Pais e Amigos
Do Cidadão Deficiente Mental

Rua Dr. Leonardo Coimbra * 4465-189 S. M. Infesta
Telef.:229012467/92 * Fax: 229023277

Na generalidade, constata-se que APPACDM, apresenta um aumento da despesa em 6.3%, face ao valor orçamentado e um aumento dos rendimentos, em 11,45%, face ao valor orçamentado.

a) Execução da Despesa

A despesas total da APPACDM, no valor de 2.446.247,06 Euros, é composta da seguinte forma:



A composição dos gastos da APPACDM é a seguinte: 69.20% referente a gastos com pessoal, a 19.46%, referente a fornecimentos e serviços externos(FSE), 3.26% relativamente, a gastos com depreciações, 6.09%, do CMVM e as restantes rubricas 1.18%.



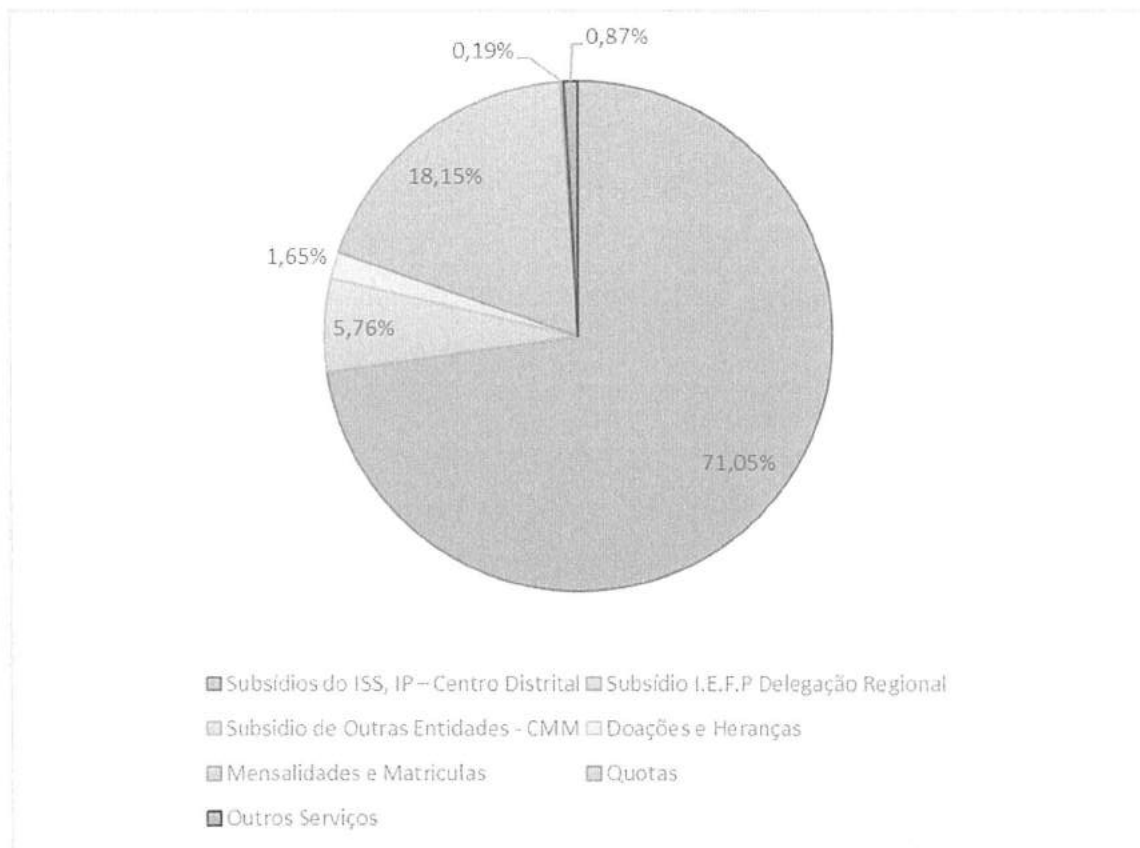
APPACDM DE MATOSINHOS
Associação Portuguesa de Pais e Amigos
Do Cidadão Deficiente Mental

Rua Dr. Leonardo Coimbra * 4465-189 S. M. Infesta
Telef.:229012467/92 * Fax: 229023277

[Handwritten signature]
A
[Handwritten signature]

b) Execução dos rendimentos

O Rendimento total da APPACDM, no valor de 2.717.822,34 Euros, é composta da seguinte forma:



A Rubrica de Subsídios do ISS, IP- Centro Distrital, representa 71.05% das receitas, Mensalidade e Matriculas 18.15%, Subsidio de Outras Entidades 5.76%, e as restantes 5.04% .

Quase todas as rubricas de rendimentos registaram uma variação positiva face ao orçamentado, com exceção dos juros e dividendos.



APPACDM DE MATOSINHOS
Associação Portuguesa de Pais e Amigos
Do Cidadão Deficiente Mental

Rua Dr. Leonardo Coimbra * 4465-189 S. M. Infesta
Telef.:229012467/92 * Fax: 229023277

Análise Económica e Financeira

A Direção da APPACDM apresentou no ano findo de 2019, o resultado líquido do exercício no montante de 271.575,28 Euros.

Nos **Custos**, verificou-se a seguinte evolução:

Face ao ano de 2019, os custos registaram um acréscimo de 195.018,94 Euros. Esta realidade verifica-se, praticamente em todas as rubricas, excepto na rubrica de Materiais e Energia e Fluidos, sendo os acréscimos mais significativos nas rubricas de serviços especializado, resultantes da contratação de prestadores de serviços, nomeadamente, Técnico de Saúde (médico), em 2019, Serviços Diversos, consequência do aumento do custo de utilização da piscina da Matosinhos Sport e gastos de pessoal, devido ao aumento do salário mínimo nacional e à contratação de novos colaboradores.

Custo das Mercadorias Vendidas e das MC	150 043,41	168 777,58	12,49%
Sub-Total	150 043,41	168 777,58	12,49%
Serviços Especializados	87 083,02	108 671,43	24,79%
Subcontratos	0,00	917,29	100,00%
Materiais	37 293,81	21 640,59	-41,97%
Energia e Fluidos	93 940,08	90 648,39	-3,50%
Deslocações e Estadas e Transporte	6 448,08	9 160,14	42,06%
Serviços Diversos	173 299,44	221 047,45	27,55%
Encargos com Utentes	21 316,01	24 027,23	12,72%
Sub-Total	419 380,44	476 112,52	13,53%
Gastos com o Pessoal	1 584 994,79	1 692 839,79	6,80%
Sub-Total	1 584 994,79	1 692 839,79	6,80%
Gastos com apoios financeiros concedidos	11 047,08	9 990,00	-9,57%
Fundo de reestruturação solidária			
Outros não especificados	12 265,59	18 832,32	53,54%
Sub-Total	23 312,67	28 822,32	23,63%
Depreciação e Amortização	73 496,81	79 694,85	8,43%
Sub-Total	73 496,81	79 694,85	8,43%
Total dos Gastos	2 251 228,12	2 446 247,06	8,66%



APPACDM DE MATOSINHOS
Associação Portuguesa de Pais e Amigos
Do Cidadão Deficiente Mental

Rua Dr. Leonardo Coimbra * 4465-189 S. M. Infesta
Telef.:229012467/92 * Fax: 229023277

[Handwritten signatures and initials]

Nos **proveitos**, verificou-se a seguinte evolução:

Rubrica	2018	2019	%
Subsídios do ISS, IP – Centro Distrital	1 890 300,69	1 930 893,55	2,15%
Subsídio I.E.F.P Delegação Regional	0	0	
Subsídio de Outras Entidades - CMM	147 179,64	156 622,64	6,42%
Doações e Heranças	34 885,07	44 777,00	28,36%
Sub-Total	2 072 365,40	2 132 293,19	2,89%
Mensalidades e Matrículas	425 478,97	493 386,64	15,96%
Quotas	5 120,00	5 193,50	1,44%
Outros Serviços	28 533,58	23 536,25	-17,51%
Sub-Total	459 132,55	522 116,39	13,72%
Outros Rendimentos Suplementares	1 547,00	15 882,40	926,66%
Imputação de Subsídios de Investimento	14 002,13	14 002,13	0,00%
Outros Não Especificados	22 315,49	33 528,23	50,25%
Sub-Total	37 864,62	63 412,76	67,47%
Juros e Rendimentos similares obtidos	565,77	0,00	-100,00%
Sub-Total	565,77	0,00	-100,00%
Total dos ganhos	2 569 928,34	2 717 822,34	5,75%

Face ao ano de 2019, as receitas registaram um acréscimo de 147 845.00Euros. Esta realidade verifica-se na rubrica subsídios do ISS , devido ao aumento das comparticipações .

Quanto à situação patrimonial da APPACDM, registou-se uma variação positiva de 271.501,56 Euros, em relação ao exercício anterior.

Os saldos bancários, em 31 de Dezembro de 2019 ascendiam a 2.056.983,66 Euros.

O saldo da conta clientes apresentou o valor de 60.958,18Euros, dos quais 20.028,81 Euros referem-se a clientes gerais empresas e 40.929,37 Euros a clientes/utentes.

O montante de 1.197,81 Euros, registado em diferimentos, refere-se aos custos com os seguros, a serem considerados em 2020.



APPACDM DE MATOSINHOS
Associação Portuguesa de Pais e Amigos
Do Cidadão Deficiente Mental

Rua Dr. Leonardo Coimbra * 4465-189 S. M. Infesta
Telef.: 229012467/92 * Fax: 229023277

Quanto ao Fundo Patrimonial, há a registar uma variação negativa de 14.00,21 Euros, resultante da transferência numa base sistemática para a conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos, à medida que forem contabilizadas as depreciações/ amortizações do investimento a que diz respeito.

Quanto ao passivo corrente, a rubrica Fornecedores regista o valor de 132.402,30 Euros, a de Estado e Outros Entes Públicos apresenta o valor de 76.534,99 9Euros.

A rubrica, Outras Contas a Pagar, apresenta o montante de 278.023,79 Euros, referentes às remunerações e encargos com Férias e Subsídio de Férias, a serem pagos em 2018.

4. Proposta de aplicação de resultados.

A direcção da APPACDM propõe que o resultado positivo de 271.575,28 Euros, seja transferido para Resultados Transitados.

5. Outros

De acordo com o disposto no decreto - lei nº 534/80, de 7 de Novembro e Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

Após exercício, não se registaram factos relevantes.

Matosinhos, 13 de julho de 2020

A Direcção

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Ana Amélia Pereira Costa

Virgínia Dulce dos Santos Vize Duarte

[Handwritten signature]

APPACDM - Matosinhos
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2019
 (Valores expressos em euros)

F. Gonçalves
U. A.
Ch.
Adriano

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.19</u>	<u>31.Dez.18</u>
Activo			
Activos fixos tangíveis	3.2.1 e 5	897.346,20	947.564,01
Total dos Activos Não Correntes		<u>897.346,20</u>	<u>947.564,01</u>
Inventários	3.2.6 e 9	2.263,58	980,11
Clientes e Utentes	17.2	60.958,18	64.278,27
Fundadores	17.1	6.396,45	4.420,45
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 17.9	1.047,84	14.941,28
Outras contas a receber	17.3	6.385,02	3.104,32
Diferimentos	17.4	1.197,81	774,81
Caixa e depósitos bancários	17.6	<u>2.056.983,66</u>	<u>1.710.700,32</u>
Total dos Activos Correntes		<u>2.135.232,54</u>	<u>1.799.199,56</u>
		<u>3.032.578,74</u>	<u>2.746.763,57</u>
Fundo Patrimonial			
Fundos	17.7	79.483,15	79.483,15
Resultados transitados	17.7	2.155.773,40	1.837.073,18
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	17.7	38.785,83	52.787,96
Resultado líquido do período		<u>271.575,28</u>	<u>318.700,22</u>
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>2.545.617,66</u>	<u>2.288.044,51</u>
Passivo			
Financiamentos obtidos			
Total dos Passivos Não Correntes		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Fornecedores	17.8	132.402,30	92.375,97
Estado e outros entes públicos	17.9	76.534,99	66.542,88
Outras contas a pagar	17.10	<u>278.023,79</u>	<u>299.800,21</u>
Total dos Passivos Correntes		<u>486.961,08</u>	<u>458.719,06</u>
Total do Passivo		<u>486.961,08</u>	<u>458.719,06</u>
		<u>3.032.578,74</u>	<u>2.746.763,57</u>

APPACDM - Matosinhos

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		518.796,30	472.516,03
Pagamentos a fornecedores		-588.222,92	-541.128,38
Pagamentos ao pessoal		-1.351.884,49	-1.308.589,78
Caixa gerada pelas operações		<u>-1.421.311,11</u>	<u>-1.377.202,13</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-11.063,06	-10.367,68
Outros recebimentos/pagamentos		1.785.350,22	1.790.492,08
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>352.976,05</u>	<u>402.922,27</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-11.115,44	-84.657,63
Outros activos		-3.127,27	
		<u>-14.242,71</u>	<u>-84.657,63</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		7.550,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	565,77
		<u>7.550,00</u>	<u>565,77</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>-6.692,71</u>	<u>-84.091,86</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>346.283,34</u>	<u>318.830,41</u>
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	<u>1.710.700,32</u>	<u>1.391.869,91</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u>2.056.983,66</u>	<u>1.710.700,32</u>

A Direcção
Of. Finanças,
 Graça Pinto
 Ana Amélia Pereira Costa
 Virgínia D'Alva dos Santos Lúcio Duarte

O Técnico Oficial de Contas
(nº 45587)

Adil M.

APPACDM - Matosinhos

Demonstração de Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	Notas	2019	2018
Serviços prestados	10	522.116,39	459.132,55
Subsídios à exploração	12 e 17.12	2.132.293,19	2.072.365,40
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-168.777,58	-150.043,41
Fornecimentos e serviços externos	17.13	-481.207,52	-419.380,44
Gastos com o pessoal	15	-1.687.744,79	-1.584.994,79
Outros rendimentos e ganhos	17.14	63.412,76	37.864,62
Outros gastos e perdas	17.15	-27.701,05	-23.312,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		352.391,40	391.631,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-79.694,85	-73.496,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		272.696,55	318.134,45
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	565,77
Juros e gastos similares suportados	17.16	-1.121,27	0,00
Resultado antes de impostos		271.575,28	318.700,22
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		271.575,28	318.700,22

Matosinhos, 13 de julho de 2020

A Direção

João C. B.
Ana C. Ribeiro

O Contabilista Certificado
nº 45587

N. S. L. M.

Ana Amélia Pereira Costa
Virgínia Dulce dos Santos Lúcio Duarte
João Miguel Costa



APPACDM DE MATOSINHOS

Associação Portuguesa de Pais e Amigos

Do Cidadão Deficiente Mental

Rua Dr. Leonardo Coimbra * 4465-189 S. M. Infesta

Telef.:229012467/92 * Fax: 229023277

PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Referente ao Exercício de 2019)

Nos termos estatutários, reuniu-se o Conselho Fiscal da APPACDM de Matosinhos para a análise e apreciação do “Relatório de Gestão e Contas referentes ao Exercício de 2019”, documentos apresentados pela Direção e complementados por toda a documentação contabilística que lhes serviu de suporte.


Concluída a análise exaustiva aos citados documentos e não encontrando, este Conselho Fiscal, matéria passível de suscitar dúvidas, considera que aqueles merecem o seu parecer favorável.

Nestes termos, julga o Conselho Fiscal que o “Relatório de Gestão e Contas referentes ao Exercício de 2019” reúnem as condições necessárias para que possam ser aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

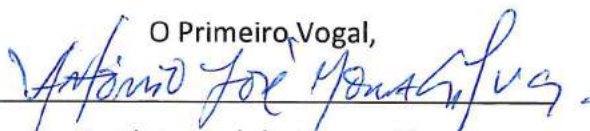
S. Mamede de Infesta, 14 de julho de 2020

O Conselho Fiscal

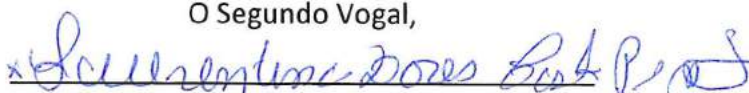
O Presidente,


Amadeu João Pires da Costa Lima

O Primeiro Vogal,


António José de Moura Silva

O Segundo Vogal,


Laurentina das Dores da Costa Pinto